

C SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Terras Indígenas receberão pescadores por meio de um projeto de turismo sustentável com protagonismo próprio

Turismo de pesca em transformação no AM

A pesca esportiva atrai cerca de 10 mil turistas ao Amazonas por ano, movimentando algo em torno de R\$ 50 milhões. Os dados foram divulgados pelo governo estadual no primeiro workshop sobre o setor realizado esse ano em Manaus. Porém, sem que haja fiscalização e ordenamento, a atividade gera danos ao meio ambiente e à segurança alimentar das populações tradicionais. Nesse contexto, surgiu uma aliança inovadora entre comunidades indígenas, ONGs, órgãos do governo e empresas para construir de modo participativo o modelo mais adequado para a regularização do turismo de pesca esportiva, respeitando os direitos indígenas e a legislação vigente.

Com protagonismo da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), as conversas se iniciaram em 2009 e tiveram o acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF).

Em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), Funai e Ibama foi possível construir e colocar em prática um modelo pioneiro de turismo de pesca esportiva sustentável e de base comunitária, afastando invasores e empresas que exploravam a região de maneira predatória e sem respeitar a cultura dos povos tradicionais.

A experiência pioneira realizada no Rio Marié a partir de 2013 trouxe aprendizados para dar esse importante passo no Município de Santa Isabel do Rio Negro.

ORDENAMENTO

Nas duas terras indígenas onde foi realizado o ordenamento para pesca esportiva (Jurubaxi-Téa e Uneuixi) moram indígenas dos povos Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Coripaco, Nadëb, Pira-Tapuya, Ticuna, Tukano e Tariana.

Parte desse território está sobreposto à APA (Área de Preservação Ambiental) de Tapuruquara, criada em 2001 pelo município de Santa Isabel do Rio Negro.

Algumas iniciativas em parceria com a cidade com vistas ao ordenamento e planejamento do



Fotos: Camila Barra/ISA

Gestão territorial e ambiental

O ordenamento pesqueiro nas terras indígenas vai além da pesca esportiva: ele estabelece um plano de manejo que prevê regras de pesca também para as comunidades, buscando a recuperação de áreas já impactadas pelas invasões.

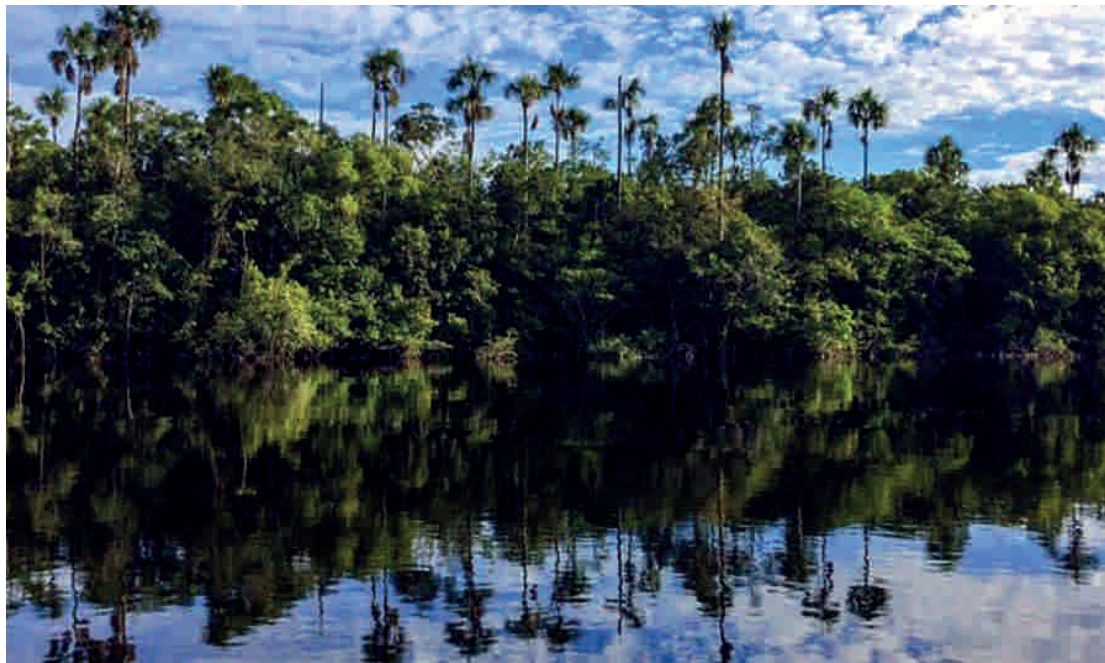
Esse processo foi construído a partir das tomadas de decisão das próprias comunidades indígenas e suas lideranças, tendo o desafio de conciliar a geração de renda local com a gestão territorial e ambiental de seus territórios.

A preocupação da ACIMRN é garantir que a atividade traga benefícios diretos para a população que vive nesse território, com melhoria de infraestrutura nas aldeias, beneficiando o coletivo e distribuindo renda. O foco é criar oportunidades para a sustentabilidade e proteção das terras indígenas, com atividades organizadas, sem danos socioambientais, garantido o respeito aos modos de vida e a segurança alimentar para as próximas gerações.

Processo foi construído a partir da decisão das comunidades indígenas

Organização e apoio

As comunidades indígenas têm a expectativa de que, com a conquista e exercício da autonomia sobre a gestão dos territórios, possam se organizar para desenvolver outras iniciativas e conquistar mais espaço e respeito para o diálogo com gestores públicos. Os parceiros envolvidos são otimistas e acreditam que quando organizadas, as atividades podem promover desenvolvimento regional.



O rio Uneuixi, na terra indígena Jurubaxi-Téa: TI é uma das duas onde foi realizado o ordenamento para pesca esportiva

uso dos recursos nessa área foram iniciadas, mas não tiveram continuidade.

“O modelo de turismo de pesca esportiva de base comunitária

contribui para a gestão e proteção das terras indígenas e gera renda localmente. Ainda há muitos desafios, especialmente para que os setores público e

empresarial adequem-se à legislação e comprometam-se a promover o desenvolvimento sustentável da região, em parceria e respeitando os direitos in-

dígenas”, ressalta Camila Barra, antropóloga do ISA, lembrando que essa iniciativa obedece diretrizes da Instrução Normativa (IN) 03/2015, da Funai, que re-

gulamenta a atividade turística em TIs.

OUTRO PATAMAR

O inovador ordenamento participativo da pesca esportiva nas Tis Jurubaxi-Téa e Uneuixi coloca o Brasil em outro patamar de desenvolvimento dessa atividade no País, segundo o especialista em pesca esportiva, Kelven Lopes. O rio Negro é um polo reconhecido internacionalmente e pode se tornar o grande destino para a pesca esportiva de tucunaré-açu na Amazônia.

“O projeto de turismo de pesca esportiva de base comunitária é sustentável e economicamente viável, dando ao Brasil uma elevada condição de destino número um para turismo de pesca de tucunaré-açu”, ressalta Kelven Lopes.

Proteção do território e da Amazônia são outros objetivos da ação

Geração de renda para os jovens indígenas

Com o turismo organizado, a vigilância das áreas é contínua, realizada de acordo com o plano de manejo aprovado pelas comunidades indígenas. O monitoramento ambiental é feito anualmente por uma equipe da Funai e do Ibama, acompanhada das lideranças indígenas. As capacitações de guias de pesca e vigilantes indígenas ocorrem no início de cada temporada, logo após a realização de uma reunião de planejamento. A temporada anual de pesca foi definida para ocorrer entre setembro até meados de fevereiro, a depender do nível das águas.

“Estamos colocando em prá-

tica a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, tirando a lei do papel e fazendo com que nossos planos de gestão sejam implementados. Nosso objetivo é gerar renda, principalmente para os jovens, e proteger nosso território e a Amazônia. Com isso, atividades ilegais e predatórias são afastadas e nossas comunidades indígenas podem ter seu bem viver garantido”, ressalta Marivelton Barroso Baré, presidente da Foirn.

A parceria feita entre as comunidades indígenas e as empresas operadoras de turismo também traz inovação, uma vez

que o processo foi amplamente discutido nas comunidades e teve a participação das organizações representativas, ACIMRN e Foirn. Todos os contratos firmados entre as empresas e os indígenas buscam a equivalência de ganhos, ou seja, no final dos prazos das parcerias, as empresas e as comunidades lucram os mesmos valores. “As comunidades já fazem planos para reverter grande parte dos ganhos em melhorias de infraestrutura como sistemas de energia solar, de comunicação, reforma de centros comunitários e sistemas de captação de água”, comenta Camila Barra.